

Além do equador, entre “hordas de selvagens”: frentes de ocupação, trabalho e redes de contatos no extremo norte amazônico oitocentista

Adalberto Paz*

Resumo

Neste trabalho buscaremos entender algumas das especificidades ligadas à ocupação, circulação, comércio e disputas relacionadas a uma região de litígio internacional entre a França e o Brasil, situada no extremo norte amazônico, nas últimas décadas do século XIX. Enquanto área sem possessão e nacionalidade definida, o chamado contestado franco-brasileiro foi palco de dinâmicas e fluxos migratórios muito intensos e específicos, reunindo personagens marginalizados pela sociedade brasileira, mas que conseguiram articular-se e exercer singular protagonismo diante das oportunidades sociais, políticas e econômicas existentes em uma extensa área “sem pátria” – embora não sem lideranças e até governos autoproclamados – nas proximidades do rio Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa.

Palavras-chave: Fronteira; Comércio; Fugitivos; Relações internacionais.

Amazônia oitocentista: um emaranhado de cenários, sujeitos e possibilidades

No século XIX, a Amazônia mantinha-se como palco de múltiplos contatos entre índios, escravos fugidos e aquilombados, desertores, viajantes, além do crescente número de trabalhadores migrantes que rumavam para ocupações extrativistas no interior da floresta, e aventureiros vindos das mais diferentes regiões nacionais e internacionais. Esses contatos, muitas vezes vistos com desconfiança e hostilidade pelos governantes, eram facilitados pelas intrincadas redes de comércio e sociabilidades desenvolvidas ao longo dos cursos dos rios, de vila em vila a incontáveis outros lugares, cruzando ilhas, igarapés e “furos”. Por conseguinte, esses fluxos promoviam uma importante e diversificada ocupação e interligação comercial de áreas, bem antes das iniciativas colonizatórias oficiais, motivando embaraços diversos às autoridades e o

* Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

desejo de poder limitar e controlar essas interações econômicas e socioculturais, de forma mais intensa, a partir da segunda metade dos oitocentos.

No âmbito da chamada “historiografia clássica”, existe uma incontável quantidade de trabalhos dedicados à análise dos interesses das classes dirigentes na Amazônia, e seus constantes arranjos visando impor-se à ampla diversidade étnica e social da região. Nessa perspectiva, ganharam destaque temas como a demarcação das fronteiras, o aproveitamento econômico dos recursos naturais e a catequese, articulados em torno da afirmação portuguesa sobre o território amazônico e, depois da Independência, sobre o problema da construção e manutenção da unidade nacional. Índios, negros e “mestiços” participavam dessas narrativas, enredados em formas de trabalho compulsório – dentre eles a escravidão propriamente dita – e recrutamento militar.

A ampliação e superação dos limites desse viés interpretativo, porém, é muito mais recente. Sem deixar de considerar os variados projetos de colonização, de exploração e de dominação citados acima, muito menos reduzir antagonismos a simplificadas polarizações de grupos, tomando como referência esta ou aquela posição social, os pesquisadores têm buscado entender as diversas maneiras pelas quais as populações amazônicas tidas como de “escala inferior” – tanto as originárias, como as forçosamente inseridas, como os africanos, passando por homens e mulheres livres pobres, etc. – se posicionaram diante de tais realidades marcadas pela legitimação de privilégios, subalternidades e poderes amparados pela origem, cor, etnia, *status* legal e condição socioeconômica.

Diante das ameaças do cativo, recrutamento militar e serviços obrigatoriamente prestados em lugares bem distantes de suas moradias, a fuga e a formação de comunidades, em áreas afastadas das principais vilas e centros políticos e administrativos, era uma alternativa constantemente acionada. Na Amazônia, algumas das mais conhecidas dessas comunidades ficavam situadas ao longo dos rios Trombetas, Anajás, Tabatinga e Guamá (SALLES, 2004).¹ Nesses lugares, reuniam-se não apenas negros aquilombados, como também desertores e foragidos da Justiça.

Contudo, para além da compreensão desses espaços enquanto resultado de experiências e respostas comuns entre si, diante de variadas formas de opressão e perseguição, neste trabalho, pretendemos analisar alguns aspectos *sui generis*

¹ Ver também Funes (1995).

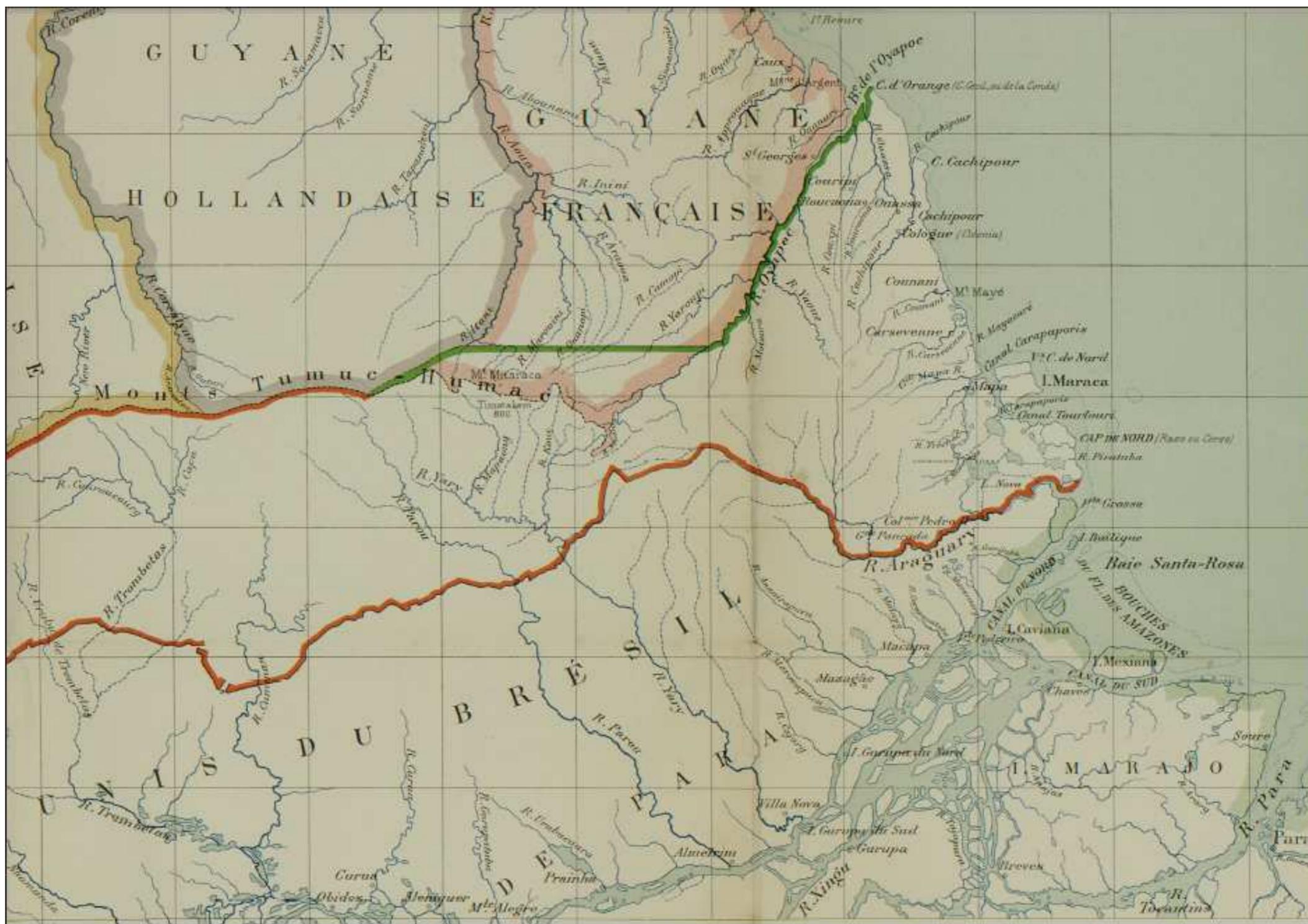
relacionados à ocupação de uma importante área de fronteira no extremo norte brasileiro, desde longa data associada ao influxo, circulação e permanência de múltiplos indivíduos considerados marginais, criminosos e desqualificados em geral, segundo jornais e documentos oficiais, como os que serão aqui analisados. Trata-se da região conhecida até o final do século XIX como “contestado franco-brasileiro”, situada entre os rios Araguari e Oiapoque, no atual estado do Amapá.

O contestado franco-brasileiro: origem e (in)definições de um território litigioso

Paradoxalmente, o contestado teve seu início oficial com a assinatura de um acordo de paz na cidade de Utrecht, em abril de 1713, sendo esse um dos instrumentos de pacificação dos conflitos em torno da sucessão do trono espanhol. Através dele, a França reconhecia a posse de Portugal sobre as terras do Cabo Norte, situadas entre os rios Amazonas e “Japoc ou Vicente Pinzon”, contudo, na prática, os portugueses ficavam impedidos de intervir na área. Isso porque, no seu oitavo artigo, o documento estabelece que “a navegação e outros usos do rio permanecerão livres e abertos para os sujeitos de ambas as partes, e a todos aqueles que quiserem passar, navegar ou transportar suas mercadorias”, o que incluía a expressa proibição da cobrança de qualquer taxa, imposto ou pedágio, assim como a abordagem de embarcações, de forma que deveria ser garantida “a liberdade de cada indivíduo”² transitar por toda a região.

² TRAITE de paix entre la France et le Portugais conclu à Utrecht le 11 avril 1713, p. 8-9. Disponível em: <<http://purl.pt/15101>>. Acesso em: 02 de abril de 2012.

Figura 1: Mapa do contestado franco-brasileiro (séc. XIX).³



Fonte: Sentence du conseil fédéral Suisse, 1900.

³ A linha laranja sobre o rio Araguari (mais ao centro), e verde sobre o rio Oiapoque (mais ao norte), destacam os limites pretendidos pela França e Brasil, respectivamente, como fronteira definitiva do território contestado.

Sem nos determos nas várias polêmicas suscitadas pelas imprecisões do tratado, especialmente sobre qual era, de fato, o rio Vicente Pizon, e todas as implicações dessa definição para o estabelecimento das fronteiras entre as duas colônias, para os fins deste texto, é importante saber que as condições firmadas em Utrecht, atribuindo posse, mas, sem qualquer direito de intervenção, ocasionaram desdobramentos muito importantes e duradouros. Em palestra realizada em novembro de 1885, na cidade de Lille, o famoso explorador Henri Coudreau, que frequentava o contestado amazônico desde 1883, assumiu com desgosto que o tratado, ao invés de resolver o litígio, serviu apenas para prolongá-lo até aqueles dias, uma vez que tornara a questão “diplomaticamente insolúvel”, e que lá vivia “[...] uma população em estado de anarquia, fora da influência francesa e brasileira.” (COUDREAU, 1885, p. 5-6). Em 1895, um periódico de Buenos Aires “consagrado aos interesses franceses na América do Sul”, publicou um artigo transcrito por um jornal de Belém, cujo título (os macacos) e opiniões eram ainda mais incisivos, afirmando que:

Existe nas fronteiras da Guiana Francesa e do Brasil um vasto território, de clima doentio como poucos, habitado somente por hordas de selvagens que nada sabem do que seja civilização. Este território *não pertence nem ao Brasil e nem à França, a ninguém finalmente*, e cujos limites ainda não foram estabelecidos [...]. Até que isso se realize, vão os bandidos se apossando desses pântanos. (BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA, 1895 – itálico no original).⁴

A imagem de socialmente turbulenta, impertinente e inferior que consta na maioria da documentação da época parece ter influenciado muitos dos estudos sobre a ocupação dessa fronteira amazônica – e de outras –, seja por meio da legitimação dos estereótipos que constam nas fontes, ou simplesmente ignorando a existência de tais personagens através de definições como “vazio demográfico” a ser colonizado pela iniciativa oficial.⁵ Sem dúvida, isso também se deve à força de matizes historiográficas clássicas, interessadas unicamente nas intrigas palacianas e dinásticas sobre o

⁴ BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. “Os macacos”. 11/07/1895. Passaremos a utilizar a abreviatura BPAV para designar Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁵ Os desafios da ocupação e controle do vale amazônico, porém, não raras vezes, impeliu associações entre os agentes responsáveis por expedições de reconhecimento oficiais e a intrincada rede de relacionamento constituída por regatões, migrantes e índios, como no rio Purus, Província do Amazonas (CARDOSO, 2013).

estabelecimento de fronteiras e possessões, nesse caso, os limites entre os territórios pertencentes à França e Portugal, e, posteriormente, ao Brasil, na América do Sul.⁶

Por outro lado, mesmo partindo de documentos diplomáticos, mas sem se limitar exclusivamente a eles, é possível ir muito além da estrita questão política dos limites em si, entre outras formas, buscando interpretar os diferentes usos, significados e possibilidades relacionados à institucionalização de uma área de livre circulação de pessoas e mercadorias no extremo norte fronteiro amazônico, durante quase dois séculos. Esse espaço, ao contrário do senso comum, nem era exclusivamente povoado por índios – os quais, aliás, vinham passando por um rápido processo de extermínio em decorrência da colonização –, nem era alvo somente de ocasionais investidas de franceses, holandeses e ingleses, tidos como “invasores”. Cada vez mais, na verdade, a porção de terras entre os rios Araguari e Oiapoque passou a ser ocupada por desertores, quilombolas e fugitivos de toda espécie.

Esses personagens, como a própria historiografia recente sobre a resistência escrava e sobre estratégias contra o recrutamento e trabalho compulsórios têm demonstrado, estavam longe de viverem isolados no interior da floresta ou às margens dos rios. Pelo contrário, compartilhavam de intrincadas redes de contatos, comércio, clientelismos, trocas de favores, uma ou outra, ou todas juntas, dependendo de circunstâncias igualmente variáveis, envolvendo os mais diversos níveis de relações sociais, políticas e econômicas, tais como parentes, amigos, autoridades públicas, regatões, militares, comerciantes, clérigos, pequenos produtores, entre outros (GOMES, 2005; BEZERRA NETO, 2000; NOGUEIRA, 2000; LOPES, 2002; BASTOS, 2004).

Desde o século XVII, no mínimo, diversas paisagens amazônicas serviram como esconderijo para vários fugitivos e o constante estabelecimento de mocambos. O que a atual pesquisa sugere é que a condição de litígio internacional do contestado franco-brasileiro o tornou um “centro de gravidade”, cuja importância vai além das rotas de fuga e circulação de pessoas e grupos, e através do qual se constituíram importantes redes de comércio que cobriam longas distâncias, desde vilas próximas a Belém até a Guiana Francesa. Da mesma forma, o contestado tornou possível a constituição e manutenção de uma área na qual escravos fugidos, desertores e

⁶ Pela designação “historiografia clássica”, considera-se o conjunto de obras com forte cunho nacionalista, voltadas para a construção de identidade, memória ou história oficial de um Estado-Nação, com destaque para membros de instituições governamentais civis, militares e eclesiásticas. Como exemplo de obra inserida naquela vertente e relacionada ao tema das fronteiras, ver: Jorge (1999).

criminosos tinham estrutura política e administrativa própria, e se valiam disso para articular alianças e administrar seus próprios interesses.

Embora as autoridades brasileiras abordassem os assuntos relativos àquela fronteira com notável incômodo, quase que exclusivamente em correspondências oficiais, seria incorreto considerar a questão como simples oposição do tipo “foras-da-lei” *versus* Estado, pois, do rio Amazonas ao Oiapoque e a Guiana Francesa existiam múltiplos cenários sociais possíveis. Visando entender melhor a complexidade das relações e posicionamentos de que estamos tratando, é interessante acompanharmos a trajetória de um dos mais emblemáticos personagens do contestado franco-brasileiro, na segunda metade do século XIX: Trajano Cypriano Bentes.

Escravo fugido, “chefe de Estado”, traidor da nação: Trajano Bentes e as peculiaridades da ocupação fronteiriça na Amazônia oriental

Personagem controverso nos relatórios, ofícios e falas dos viajantes, tanto brasileiros quanto franceses, as referências a Trajano se tornam cada vez mais constantes na documentação à medida que as tensões crescem e se evidenciam na área de litígio. Mas, os significados dessa presença, com base nas variadas relações políticas e econômicas estabelecidas por Trajano a partir do contestado, foram motivo de grande disputa na história e na memória oficiais, num momento em que se constituíam as representações fundadoras da nacionalidade brasileira, entre o Império e a República.

A principal versão sobre os interesses e as relações de Bentes dentro e fora do território litigioso, também é aquela que reduz os habitantes do contestado à condição de representantes do expansionismo francês, ou dos “legítimos direitos territoriais” brasileiros. Segundo a narrativa, Trajano encarna o líder dos crioulos⁷ e aventureiros hominizados na vila do Cunani, lugar onde atuaria como delegado nomeado pelo governo de Caiena, capital da Guiana Francesa. Por esse motivo, Trajano teria sido preso em 1895 e conduzido à vila do Espírito Santo do Amapá⁸, a mando de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, membro de um Triunvirato eleito pelos

⁷ No século XIX e durante boa parte do XX, o termo “crioulo” é utilizado genericamente pelos moradores do extremo norte brasileiro para designar os negros vindos das Guianas Inglesa, Holandesa e Francesa.

⁸ Embora a nomenclatura “Amapá” possa parecer anacrônica pelo fato dessa região ter integrado a província e o estado do Pará até 1943, desde o século XIX, os termos “Amapá” e “amapaense” eram utilizados em vários documentos oficiais e artigos de jornal, tanto para designar a vila e seus moradores *stricto sensu*, quanto para se referir a toda a área e os que viviam entre o rio Amazonas e a vila do Amapá propriamente dita, incluindo suas adjacências.

amapaenses para resguardar a ordem, os bens e a posição do Brasil diante da ameaça de invasão estrangeira.

No centro de tudo estaria o controle do acesso às ricas minas de ouro localizadas no rio Calçoene, no interior do contestado. Descobertas em 1893, rapidamente atraíram milhares de pessoas, levando os moradores da vila do Amapá a tentar assumir o controle político do contestado. Assim, em dezembro de 1894, um Triunvirato teria sido eleito por unanimidade em sessão pública com a presença de “grande número de habitantes e muitas famílias” que subscreveram em ata seu apoio ao novo governo amapaense (REIS, 1949, p. 137). O Triunvirato era composto por um capitão chamado Desidério Antônio Coelho, um cônego de nome Domingos Maltês, e Cabralzinho, um dos fundadores do Partido Republicano Democrata em Belém, legenda que fazia oposição aos dirigentes do governo paraense pertencentes ao Partido Republicano Federal.

Trajano e Cabralzinho, portanto, representavam uma série de oposições de interesses, que podemos relacionar aos próprios arranjos demográficos, econômicos e institucionais das suas respectivas vilas, no final do século XIX. Em Cunani, a grande maioria da população composta por indivíduos de diferentes procedências, em grande parte, crioulos, ex-escravos e “transgressores” de modo geral, manteve-se arredia ao contato com qualquer representante do Estado brasileiro, mesmo após a abolição. No Espírito Santo do Amapá, contudo, mesmo que o processo de ocupação não tenha sido muito diferente do ocorrido em Cunani, ou seja, por meio da chegada de fugitivos, desertores e criminosos, a influência cada vez maior dos donos de terras e fazendeiros locais, aparentemente, estimulou a aproximação com as autoridades do Brasil. Pelo menos, essa passou a ser a situação quando Cabralzinho assumiu o poder no Amapá.

Podemos também argumentar que essa oposição é, de certa forma, construída e reiterada pela maioria da imprensa brasileira contemporânea ao surgimento do Triunvirato, ao insistir na ideia de que Trajano era um “delegado francês”, e que Cabralzinho estaria agindo em nome da manutenção da ordem e da nacionalidade brasileira ao detê-lo. Na historiografia, não há de dúvida que os trabalhos do amazonense Arthur César Ferreira Reis sobre a questão, escritos em meados do século

XX, ajudaram a consolidar o que pode ser chamado de “história oficial do contestado franco-brasileiro”, do ponto de vista do Brasil (REIS, 1949).⁹

De todo modo, a constituição do Triunvirato no Amapá e a prisão de Trajano marcam um momento crítico não apenas para as relações diplomáticas entre a França e o Brasil, mas também – e, talvez, principalmente – para os vários interesses individuais e coletivos atuantes naquela região, independentemente de estarem ligados a uma ou outra nação. Em maio de 1895, uma tropa vinda da Guiana Francesa supostamente para libertar Trajano, entrou em um sangrento conflito com o “Exército Defensor do Amapá”, liderado por Cabralzinho.¹⁰ Como resultado direto, além das mortes, Cabralzinho se tornou herói – pelo que recebeu honrarias, de Belém ao Rio de Janeiro – e o litígio foi resolvido com a incorporação da área contestada ao Brasil.¹¹

Não cabe nos restritos limites deste texto rediscutir a questão sobre a construção do mito do heroísmo de Cabral, a respeito do que já foi feita excelente crítica em trabalhos como o de Queiroz (1999) e de Cardoso (2008). Almeja-se, contudo, avançar nos estudos não somente sobre o contestado, enquanto tema histórico, mas sobre o processo de ocupação, intercâmbios e movimentações entre o Brasil e a Guiana Francesa, da forma mais ampla possível, tomando como referência a figura de Trajano Bentes e buscando problematizar sobre temas pouco explorados sobre essa porção da fronteira amazônica, nas últimas décadas dos oitocentos.

Levando-se em conta a neutralidade política e a indefinição de pertencimento da região contestada, criada pelo Tratado de Utrecht e mantida até o arbitramento final sobre o assunto, não precisamos de muito esforço para deduzir o interesse despertado por aquela região, em diferentes pessoas e por variados motivos. Contudo, seria errado

⁹ Autor de vasta obra, Arthur Cezar, contudo, basicamente, repete em outros livros os argumentos presentes em **Território do Amapá**, de 1949, sobre quais seriam os papéis desempenhados por Trajano e Cabralzinho no litígio entre França e Brasil.

¹⁰ O jornal **A Província do Pará** reproduziu um telegrama de Henri Coudreau, no qual o explorador se mostra perplexo com o que ele próprio chama de “massacre” resultante do conflito entre as tropas de Caiena e os correligionários de Cabral. Entre os civis, “14 mulheres, 4 crianças, 6 velhos e enfermos, 12 adultos”. Entre os combatentes, “100 soldados franceses feridos e mortos, 4 oficiais”. Segundo ele, também ocorreram pilhagens, roubos e raptos em Calçoene e na própria vila do Amapá. O jornal enfatizou o telegrama como “um documento que não deve ser suspeito à França, pois nele quem depõe como testemunha é um devotado propagandista de sua expansão colonial”. (BPAV, 1895). Cf. BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. 08/06/1895.

¹¹ Como era de se esperar, a imprensa francesa tinha opinião completamente diferente sobre Cabralzinho. De maneira geral, ele é tratado como um “aventureiro”, mas um artigo do **Petit Journal** sobre os eventos do Amapá, transcrito em **A Província do Pará**, o chama de “*negro* Cabral” (embora ele não fosse negro), e completa: “[...] ora, pedir a um negro que não furete, é pedir o impossível. Ele é ladrão por índole, mentiroso e vadio: isto é da história natural”. (BPAV, 1895 – itálico no original). Cf. BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. 11/06/1895.

pensar na ida e vinda de pessoas pelo interior da Guiana brasileira como um movimento totalmente aleatório e ocasional.

Não é fácil determinar de onde Trajano estaria vindo, quando resolveu ir para o Cunani, mas é certo que sua chegada ao contestado se insere nas teias de um circuito comercial que também era empregado como rota de fuga. É muito provável que fosse do interior paraense, mas os informantes divergem bastante quanto ao local, concordando apenas quanto a sua condição de escravo fugido. O documento mais antigo a lhe fazer referência, encontrado até agora, é um relatório do comandante da Colônia Militar Pedro II, situada às margens do rio Araguari, datado de novembro de 1875, no qual se lê que próximo à vila do Amapá existia “[...] um mocambo bastante povoado [...] capitaneado pelo preto Trajano, que também tem o posto de capitão.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, 1876).¹²

Entretanto, segundo o mesmo relatório, não era exatamente a existência de mocambos o que mais chamava a atenção na área contestada – o que certamente não era novidade para nenhuma autoridade em vários pontos da Amazônia –, mas sim a consciência da autonomia política que os seus habitantes possuíam ao ponto de o comandante afirmar que “[...] o Amapá é uma pequena república, a qual é governada por um sujeito eleito por eles com o posto de capitão, chamado João Gomes Monteiro.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, 1876).¹³ E, “com a nova lei de recrutamento” de 26 de setembro de 1874, a quantidade de “eleitores” iria aumentar, pois, segundo o documento, “tem entrado muita gente no Amapá”, deixando “quase despovoadas as ilhas de Curuá, Brigue, Marinheiro e Bragança”.

Desse modo, quanto mais nos afastamos do barulho e da comoção provocados pelos eventos de 15 de maio de 1895, na vila do Amapá, e ampliamos o escopo de análise no tempo e no espaço, torna-se possível entender a dinâmica que impossibilitou a França e ao Brasil adiar – e até mesmo deliberadamente evitar – a resolução do litígio, como vinha sendo feito desde o século XVIII.

¹² ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1876-1887. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Barão de Cotegipe, em 26 de janeiro de 1876. Códice 308-4-8.

¹³ ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1876-1887. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Barão de Cotegipe, em 26 de janeiro de 1876. Códice 308-4-8.

Dentre as muitas hipóteses que podemos levantar sobre a hesitação quanto à definição do contestado na segunda metade do século XIX, podemos apontar o receio de ambos os lados de que a questão pudesse engendrar um conflito armado na região das Guianas. Especialmente se considerarmos, do lado do Brasil, o envolvimento na Guerra do Paraguai entre 1864 e 1870, além de todas as incertezas sobre como reunir contingente militar suficiente em uma área onde já havia dificuldades com recrutamento e deserção. A França, por sua vez, estava já bastante envolvida em conflitos imperialistas no sudeste asiático e na África, e, além disso, em 1885 o próprio Henri Coudreau reconhecia que seu país não tinha mais diante de si “[...] uma colônia portuguesa, uma Guiné ou um Congo, mas uma das maiores nações da América.” (COUDREAU, 1885, p. 9).

Política e comércio no extremo norte amazônico: redes de contato e circulação de fugitivos

Assim, na ausência de poder oficial, o contestado parecia realmente entregue à anarquia, conforme sugeriu aquele viajante francês. Mas, temos motivos para acreditar que a situação não era exatamente essa, inclusive porque o próprio Coudreau reconhece, em outro momento, que o contestado estava longe de ser uma sociedade em estado de anomia. Independentemente se a escolha era feita, ou não, através de algum tipo de voto, o fato é que a região possuía seus líderes, e vários indícios sugerem que Trajano se destacava entre eles.

Em viagem ao Cunani entre junho e julho de 1883, Coudreau relata vários encontros com Trajano, à época, tido como “primeiro capitão” em uma organização política que incluiria ainda 2º capitão e brigadeiro. Segundo o francês, toda a região entre o Oiapoque e o Araguari estaria dividida em oito Capitânicas. Duas delas criadas pelo governo brasileiro, sendo uma a Colônia Militar Pedro II e outra uma vila no rio Aporema. As outras seis seriam “Capitânicas independentes”, sendo três situadas no interior e ocupadas majoritariamente por indígenas “puros” ou “[...] ligeiramente cruzados com europeus, negros e mulatos [...]” (COUDREAU, 1887, p. XXXIII), enquanto as outras três seriam a do Amapá, governada pelo capitão Estève; Cassiporé, governada pelo capitão Engipa; além do próprio Cunani. Ao se referir a esses capitães, Coudreau os define como “velhos viajantes” sem instrução, mas com muita prática nos rios da região (COUDREAU, 1887, p. XXIV), e declara que o Cunani “[...] é o centro

de construção naval mais importante que existe entre Caiena e o Pará.” (COUDREAU, 1887, p. XXXIV). Todas as oito capitânias, segundo o autor, se dedicavam à pesca, sendo essa uma atividade bastante difundida e lucrativa em todo o contestado franco-brasileiro.

Além da pesca, outras fontes apontam que na região entre os rios Amapá, Aporema, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Oiapoque, também se exerciam, com bastante destaque, a garimpagem do ouro e a criação e comercialização de gado. Todas essas, contudo, eram tratadas como “clandestinas” pelas autoridades brasileiras, principalmente porque tais produtos circulavam entre a Guiana Francesa (para onde ia especialmente o ouro e o gado) e as vilas nas imediações da ilha do Marajó (que eram abastecidas, sobretudo, pelo pescado do Amapá, com destaque para o pirarucu).

Isso demonstrava estreitas relações entre essas localidades e o que mais incomodava aos dirigentes brasileiros: estavam livres de quaisquer taxas sobre a circulação de mercadorias, proprietários e comerciantes. Tentativas brasileiras no sentido de interromper esses contatos comerciais, sobretudo com a Guiana Francesa, já havia sido motivo de séria admoestação do governo de Caiena, em nome da neutralidade política da região, a qual proibia que fossem abordadas e apreendidas embarcações nos rios do contestado (PAZ, 2013).

Circulação, aliás, parece o termo mais adequado para nos referirmos à movimentação entre a Guiana Francesa e o Pará no final do século XIX, pois, analisando o volume de correspondências oficiais nesse período, também notamos a crescente quantidade de pessoas cruzando o Oiapoque em direção às vilas amapaenses. Em setembro de 1883, uma notícia de jornal fez com que o presidente da Província do Pará enviasse um juiz a uma cidade no nordeste paraense, para averiguar uma denúncia sobre a presença de engenheiros, médicos e dois padres franceses na vila do Cunani e proximidades.

Embora possa parecer estranha, a ordem do presidente do Pará, Visconde de Maracajú se reveste de sentido dentro da lógica de circulação da qual estamos tratando, pois, logo que chegou ao seu destino, o juiz buscou informações junto àqueles que podiam lhe falar com mais segurança sobre o contestado, ou seja, dois comerciantes de peixes recém-chegados do Amapá. De início, o relatório feito pelo juiz não trazia novidades: dizia que a vila de Cunani era composta de escravos fugidos e desertores do Exército e da Armada, “cujo quilombo (a que eles chamam *village*)” possuía cerca de quinhentas almas e regimento de polícia. Mas, confirma que na *village du Amapá*,

haveria uma capela coberta de palha, na qual um padre francês estaria batizando há tempos. Esse mesmo padre, aliás, teria visitado o Pará no mês de julho e “conversado longamente” com um vigário, solicitando imagens de santos e óleos, a fim de celebrar os sacramentos aos desertores e fugitivos (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, 1883).¹⁴

Em sua primeira grande obra sobre o contestado, publicada em 1886, Coudreau confirma essas relações multilaterais, dizendo que as populações entre o Araguari e o Oiapoque mantinham extensas redes de comunicação, inclusive com a Europa. No extremo norte amazônico, o comércio era “[...] feito através de goletas de cinco a quinze toneladas construídas em Cunani e tripuladas por cunanienses.” (COUDREAU, 1886, p. 414). Trajano é citado como um dos responsáveis por esses contatos, sendo conhecido em “[...] qualquer importante casa comercial entre Caiena e o Pará.” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, 1883).¹⁵

Trajano, portanto, não se escondia, no estrito sentido da palavra. Muito menos se pode dizer que ele era ignorado pelas autoridades públicas brasileiras ou francesas, comerciantes, pescadores, viajantes e diversos outros indivíduos dentro e fora do contestado franco-amapaense. Ele, assim como outros moradores daquela região, interagia, constantemente, com pessoas de locais bem distantes do Amapá, fosse praticando comércio ou verificando a possibilidade de alianças, mesmo as mais improváveis. Como na ocasião em que ele próprio visitou a colônia militar Pedro II para perguntar, “[...] se no caso de haver algum conflito [entre a França e o Brasil], sendo por ele pedido [...]”, o comandante “[...] podia prestar alguma ajuda”. A resposta do comandante de que “[...] sem autorização do governo não podia fazer, visto ser o Amapá um território neutro [...]” (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY,

¹⁴ ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1876-1887. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 27 de setembro de 1883. Códice 308-4-8.

¹⁵ ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1876-1887. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 27 de setembro de 1883. Códice 308-4-8. Segundo um artigo do periódico **Le Petit Journal**, de Paris, reproduzido por **A Província do Pará**, Trajano falava “[...] corretamente a língua francesa [...]” e era “[...] encarregado de superintender as embarcações costeiras que transportassem para Caiena gado, farinha, peixe seco, etc.” (BPAV, 1895). Cf. BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. 06/07/1895.

1875)¹⁶, não deve ter decepcionado Trajano, ao invés disso, certificou-os da ampla autonomia que possuíam as vilas do contestado.

Mas, de maneira geral, muito do que se escreveu acerca de Trajano e das populações da região contestada nos indica um caminho analítico absolutamente oposto, ao considerar todas aquelas relações sempre em função de interesses externos. Nessa perspectiva, Trajano inevitavelmente se reduz a um mero instrumento da vontade imperialista francesa, seja por influência de autoridades políticas de Caiena ou pela sua proximidade com viajantes como o próprio Coudreau. Em resumo, Trajano não seria mais que uma marionete, e quando se lhe atribui algum discernimento é para enquadrá-lo como traidor das lutas pela integridade territorial brasileira.

De todo modo, nosso personagem é definido por um jogo de oposições maniqueístas. Não por acaso, todas cuidadosamente construídas em contraponto a imagem daquele que é celebrado como o grande herói do Amapá. Nesses termos, o Triunvirato, do qual Cabralzinho fazia parte, teria sido eleito por respeitáveis famílias da vila do Amapá, e entre as suas responsabilidades estava a de ser uma espécie de último bastião da nacionalidade brasileira, nas terras além do equador. E como exato antagonista àquele “governo legitimamente estabelecido”, nada menos que “hordas de selvagens”, estrangeiras e caóticas, acotovelando-se para explorar as jazidas de ouro descobertas em Calçoene, em 1893. À frente destas, estaria Trajano, um ex-escravo a quem os franceses tornaram seu “delegado”, e nomearam capitão, para defender os seus interesses no contestado. Enfim, honra e pátria de um lado, ganância e imperialismo de outro. O bem *versus* o mal.

O fato é que, no dia seguinte à sua eleição, o primeiro decreto do Triunvirato estabelecia que: as minas dos rios do Amapá estavam abertas aos brasileiros, mas ficava proibida a entrada de todo e qualquer estrangeiro que viesse da Guiana Francesa ou dos países ao norte do Cabo Orange. Da mesma forma, estava autorizado o uso de armas por brasileiros contra os estrangeiros que insistissem em contrariar essa decisão, particularmente, os “crioulos de Caiena”. Além disso, o comércio retalhista também passou a ser exclusividade dos nacionais, sendo que as mercadorias vindas do Brasil tinham livre ingresso, mas os produtos vindos das regiões além do rio Oiapoque recebiam taxaço de 10% sobre o valor de fatura (REIS, 1972).

¹⁶ ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1876-1887. Relatório reservado da colônia militar Pedro II, em 17 de novembro de 1875. Códice 308-4-8.

A longevidade de algumas das interpretações clássicas aqui brevemente expostas, e que foram estabelecidas por autores como Arthur Cezar Ferreira Reis, desde o início do século XX, continua servindo ao propósito da afirmação de uma memória histórica que enfatiza o Estado, seus agentes e o esforço de construção de um “passado” que seja condizente com as representações de unidade e identidade que são formadoras da consciência nacional. Apesar das análises que reconhecem e situam muito bem os objetivos e condições dessa produção, a permanência de muitas das balizas fundamentais daquele pensamento – “[...] marcadamente conservador e apologético [...]” (PINHEIRO, 1998, p. 212) – e a sua profunda influência sobre os estudos históricos na Amazônia, ainda não suscitaram uma revisão crítica na proporção necessária.

Sendo assim, abandonando esses pressupostos e seus seguidores, partimos da hipótese de que, ao deter Trajano, Cabralzinho estava na verdade buscando neutralizar um importante adversário na região do contestado franco-brasileiro. Mesmo considerando que o ex-escravo mantivesse íntimas relações com Caiena – e as evidências apontam que sim –, também parece bastante claro que Trajano era muito respeitado naquela região, décadas antes de Cabral surgir por aquelas paragens, e todo esse prestígio não parecia ter sido criado unicamente por qualquer outorga ou nomeação francesa. Mesmo porque, existem outros relatos de “eleições feitas pelos pretos” em Cunani, conforme anunciou um jornal paraense, em janeiro de 1884.¹⁷

Limitar as ações de Trajano, portanto, não deixava de ser uma exibição de força de Cabralzinho, um recado de que dali em diante as coisas seriam diferentes. E, ironicamente, foi o que aconteceu, já que o conflito de 15 de maio de 1895 empurrou o Brasil e a França para a mesa de negociações diplomáticas, resultando no arbitramento suíço que pôs fim à questão territorial entre os dois países. Sob esse ponto de vista, Cabralzinho também perdeu, uma vez que não conseguiu se tornar aquilo que Trajano já era há bastante tempo: o mais destacado chefe político do contestado.

Assim, os últimos passos de Trajano Bentes que conseguimos seguir, são tão enigmáticos quanto a sua própria origem. Dois meses depois do conflito na vila do Amapá, uma embarcação chegava a Belém trazendo Cabralzinho e o próprio Trajano,

¹⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Diário de Belém**. 20/01/1884. Anexo ao ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 28 de janeiro de 1884. Correspondências, Pará 1884 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-7.

acompanhado de sua esposa e filha.¹⁸ Não bastasse a inesperada possibilidade de dois “inimigos” estarem juntos, ambos ainda se reuniram para dar entrevista a um jornal da capital paraense, ao lado de um dos mais poderosos políticos do Pará naquele momento, o senador Antônio Lemos.

Dentre as muitas possibilidades de tão surpreendente situação, podemos imaginar que Trajano teria feito valer seus últimos momentos como destacada personalidade do contestado, para costurar uma aliança com importantes autoridades paraenses, em troca de um autoexílio seguro, longe do Cunani. Afinal, sua presença, assim como sua ausência, devia ter algum efeito naquela região. De uma forma ou de outra, ao ser questionado pelo repórter sobre a possibilidade de voltar ao Amapá, Trajano disse apenas que não, “[...] pois desejava *viver com o espírito tranquilo.*” (BPAV, 1895 – itálico no original).¹⁹

Considerações finais

A chamada “questão do Amapá” – como ficou internacionalmente conhecida a disputa fronteira entre o Brasil e a França, no final do século XIX – atingiu o seu ápice com um sangrento conflito, em uma pequena vila no extremo norte brasileiro. Os desdobramentos desse episódio resultaram na definição da fronteira com a Guiana Francesa, na construção do heroico personagem Cabralzinho, e na consolidação da carreira do diplomata Barão do Rio Branco. Não por acaso, todos são elementos ainda hoje celebrados pelo discurso de uma gênese identitária, imprescindível à ideia de território nacional.

Entretanto, basta nos distanciarmos um pouco dos gestos, reais ou alegóricos, de personagens pretensamente condutores do destino geral, para vermos um conjunto bem mais intrincado de situações, conjunturas, interesses e sociabilidades. Neste trabalho, procurou-se analisar como sujeitos marginalizados pelos padrões vigentes nas sociedades oitocentistas (ex-escravos, desertores, criminosos e outros fugitivos), criaram oportunidades, estabeleceram redes de contato e comércio, avaliaram possíveis alianças, solidariedades e escolhas, a partir das peculiaridades de uma área de litígio fronteira internacional.

¹⁸ BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. 20/07/1895.

¹⁹ BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A República**. 21/07/1895.

Da mesma forma, ainda que sucintamente, buscou-se contribuir com o avanço de uma importante revisão, que já vem ocorrendo, nos estudos sobre história da Amazônia. Perscrutando as experiências de pessoas e grupos deliberadamente ignorados pela historiografia considerada clássica. Não por simples “boa vontade” de atribuir protagonismo a indivíduos ou coletividades subalternas, mas por considerarmos que o processo histórico é muito mais complexo do que supõe a linearidade daquelas narrativas.

Nesse sentido, podemos considerar que Trajano e Cabralzinho agiram de acordo com preocupações próprias, mas também considerando o que ganhavam e perdiam diante da instável situação do contestado franco-brasileiro. Na medida do possível, manusearam questões ligadas ao nacionalismo tanto quanto as autoridades públicas e a imprensa, cada qual à sua maneira. Porém, as diferenças de poder, status e os despojos das lutas de representações, legaram a Trajano a alcunha de traidor, e a Cabralzinho uma estátua em praça pública na capital do estado do Amapá. Mais uma vez, os historiadores são instados a atravessar o labirinto móvel entre a história e a memória.

**Beyond the equator, between “hordes of savages”:
occupation fronts, work, and networks of contacts in the far northern Amazon
at the end of the nineteenth century**

Abstract

In this text, we seek to understand some of the particularities of the occupation, movement, trade and disputes related to an area of international quarrel between Brazil and France, situated in the far north of the Amazon, in the last decades of the nineteenth century. As an area without possession and defined nationality, the so-called French-Brazilian boarding was the stage for dynamic, very intense and specific migration that brought together characters marginalized by Brazilian society. Nevertheless, these people managed to articulate and exercise a unique role before the existing social, political and economic opportunities in an extensive "stateless" area – though not without self-proclaimed leaders and even governments – nearby the Oiapoque River, the border with French Guiana.

Keywords: Frontier; Trade; Fugitives; International relations.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Correspondências oficiais

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Diário de Belém**. 20/01/1884. Anexo ao ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 28 de janeiro de 1884. Correspondências, Pará 1884 – 1887 (avisos recebidos). Códice 308-4-7.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1884-1887. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 28 de janeiro de 1884. Códice 308-4-7.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1876-1887. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Barão de Cotegipe, em 26 de janeiro de 1876. Códice 308-4-8.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1876-1887. Ofício reservado do presidente da província do Pará, Visconde de Maracajú, ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, em 27 de setembro de 1883. Códice 308-4-8.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Correspondências**. Avisos recebidos. Pará 1876-1887. Relatório reservado da colônia militar Pedro II, em 17 de novembro de 1875. Códice 308-4-8.

Jornais

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. 08/06/1895.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. 11/06/1895.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. 06/07/1895.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. “Os macacos”. 11/07/1895.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A Província do Pará**. 20/07/1895.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **A República**. 21/07/1895.

Obras raras

COUDREAU, Henri. **Le territoire contesté entre la France & le Brésil**. Lille: imprimerie L. Daniel, 1885.

COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale**: études sur les Guyanes et L'Amazonie. Paris, Challamel Ainé Éditeur, 1886.

COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale**: voyage a travers les Guyanes et L'Amazonie. Paris, Challamel Ainé Éditeur, 1887.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá**: Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SENTENCE du Conseil fédéral suisse dans la question des frontières de la Guyane française et du Brésil: du 1er décembre 1900. Berne: Impr. Staempfli, 1900.

Fontes secundárias

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **Os braços da (des)ordem**: indisciplina militar na província do Grão-Pará (meados do século XIX). Niterói: UFF, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo**: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão Pará (1840-1888). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. O mundo de Manoel Urbano da Anunciação: indígenas, regatões, migrantes e fugitivos no avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. **Anais do XXVII Simpósio Nacional da ANPUH**. Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. **Entre conflitos, negociações e representações**: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/Universidade federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor – História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. 1995. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil**: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília: Senado Federal, 1999.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista**: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **Razões para desertar**: a institucionalização do exército no Grão-Pará no último quartel do século XVIII. Belém. Dissertação (mestrado em desenvolvimento sustentável – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA), Universidade Federal do Pará, 2000.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895). **Anais do XXVII Simpósio Nacional da ANPUH**. Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 211-220, fev. 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11201/8209>>. Acesso em: 6 out. 2014.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

TRAITE de paix entre la France et le Portugais conclu à Utrecht le 11 avril 1713, p. 8-9.
Disponível em: <<http://purl.pt/15101>>. Acesso em: 02 de abril de 2012.

Recebido em novembro de 2014.
Aprovado em fevereiro de 2015.